

DITADURA MILITAR, IMPRENSA E ABERTURA POLÍTICA NO CEARÁ: JORNAIS CORREIO DA SEMANA E O POVO

JOÃO BATISTA TEÓFILO SILVA*

Resumo: As discussões presentes neste artigo fazem parte de minha pesquisa de dissertação de mestrado, ora em desenvolvimento, cujo objetivo é compreender a atuação da imprensa cearense, através dos jornais *Correio da Semana* e *O Povo*, durante o período de abertura política (1974-1985). Para este artigo, discutiremos questões relativas ao papel da imprensa brasileira durante o período em questão, e de que forma os jornais pesquisados atuaram, naquela conjuntura, na construção de memórias sobre o golpe de 1964 e o regime militar, que significados atribuíram ao conceito de ditadura e que posicionamentos adotaram diante da proposta de uma abertura lenta, segura e gradual. Tais discussões presumem uma inserção dentro da perspectiva da História Social, que entende a imprensa não como reflexo da realidade, mas como prática social, que atua na construção de memórias e na produção de hegemonia, além de estabelecer diagnósticos ao passado e ao presente.

Palavras-chave: Imprensa; ditadura; abertura política.

Abstract: The discussions presented in this article are part of my master degree's research, currently under development, which aims at understanding the role of Ceará media, through the newspapers *Correio da Semana* and *O Povo*, during the political openness period (1974-1985). For this article, we will discuss issues concerning the role of the Brazilian media during the period in question, and how the newspapers investigated worked in building memories about

Artigo recebido em 16 de Agosto de 2014 e aprovado para publicação em 07 de Outubro de 2014.

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Email: joaoteofilo.hist@gmail.com.

the 1964 coup and the military regime, what meanings were attributed to the concept of dictatorship and what positions were adopted before the proposal of a slow, gradual and safe opening. These discussions assume an insertion within the perspective of Social History, which understands the press not as a reflection of reality, but as a social practice, which works in building memories and in the formation of hegemony, as well as establishing diagnoses of the past and present.

Keywords: Press; dictatorship; political opening.

Introdução

Antes de adentrar propriamente no cerne das discussões aqui propostas, considero importante situar historicamente, ainda que de forma pontual, os jornais *Correio da Semana* e *O Povo*,¹ que se constituem, para a pesquisa, como fontes e objetos de estudo, entendidos não como meros *informantes* da realidade, mas como discursos, como prática social, constitutiva do social,² inseridos em um lugar político a partir do qual se fala, e que detém (e defendem) projetos e interesses específicos; que, ao selecionarem e determinarem o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, atuam como “senhores da memória”.

O jornal C.S foi fundado em 1918 na cidade de Sobral, interior do Estado do Ceará, por D. José Tupinambá da Frota, bispo diocesano.³ Trata-se de um semanário católico, autointitulado como representante da “boa imprensa”,⁴ e que, portanto, requer ser problematizado considerando sua natureza, sua especificidade, e, em certa medida, a própria atuação de setores da Igreja Católica durante a ditadura. Embora sua pauta estivesse fortemente marcada por questões ligadas à Igreja e à própria Diocese de Sobral, o C.S trouxe para as suas páginas, também, questões políticas de âmbito nacional. O jornal O.P, por sua vez, fora fundado em 1928, na cidade de Fortaleza, capital do Estado. De circulação diária, o

¹ Doravante, utilizaremos as siglas C.S e O.P para referir-se, ao longo do artigo, aos jornais *Correio da Semana* e *O Povo*, respectivamente.

² WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

³ SILVA, João Batista Teófilo. *Uma história desvelada: A ditadura civil-militar nas páginas do jornal Correio da Semana (1964-1970)*. Trabalho monográfico. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2012.

⁴ O surgimento de uma imprensa católica traduz uma preocupação da Igreja, sobretudo a partir da proclamação da república, e a conseqüente instituição de um Estado laico, em atalhar o crescimento de uma imprensa considera ímpia, através da disseminação de conceitos e políticas que definissem um mundo social edificado sob o fundamento do catolicismo, mas não menos comprometida em atuar na dinâmica política da sociedade em que atua. Cf. GONÇALVES, Marcos. “Missionários da ‘boa imprensa’: A revista católica Ave Maria e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.28, n°55, 2008, pp. 64-65.

jornal se consolidou como o maior veículo de comunicação impressa durante os anos 1970 e 1980.⁵ Quando da instauração da ditadura, teve como editor Paulo Sarasate, ex-governador do Ceará, político ligado à União Democrática Nacional – UDN e amigo próximo do primeiro general presidente, Castelo Branco.

O período em questão começa a ganhar contornos a partir da posse do terceiro general presidente, Ernesto Geisel, em 1974. Tal momento é considerado por alguns estudiosos como uma volta da ala moderada ou ala *castelista* ao poder.⁶ Embora idealizada por Geisel e seu chefe de Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva,⁷ outros atores acabaram por, ao longo dos anos, interferir no processo, que, em teoria controlado pelos militares, deveria seguir o molde lento, seguro e gradual. O cientista político e também um dos precursores nos estudos sobre o tema da ditadura, o *brazilianist* Alfred Stepan, propõe uma leitura do processo marcada por uma dialética da “concessão”, por parte da ditadura e, da “conquista”, por parte da sociedade.⁸

A abertura política, em sua perspectiva lenta, segura e gradual, visava, em essência, evitar o retorno de forças políticas anteriores ao golpe de 1964, garantir uma escolha segura do sucessor de Ernesto Geisel, a incorporação a uma nova constituição (que não deveria ser fruto de uma constituinte) das chamadas “salvaguardas do regime”,⁹ e, evidentemente, evitar que uma mudança brusca na correlação de forças significasse, como ocorrera na Grécia e em Portugal com o desfecho de suas ditaduras no início dos anos 1970, a ida de seus representantes para a prisão.¹⁰

Evidentemente, controlar o processo de abertura garantia imprimir a ele o ritmo e os contornos desejados, permitindo, assim, uma transição controlada, pelo alto. As interferências

⁵ VIDAL, Márcia. *Imprensa e Poder: O I e II veterados (1963/1966 e 1979/1982) no jornal O Povo*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 1994.

⁶ A leitura binária sobre a ditadura militar a partir de dois pólos de poder distintos, entre a “linha dura” e a “linha moderada”, tem sido questionada por alguns historiadores, que a consideram insuficiente para compreender as complexidades do processo, que não seriam possíveis de serem lidos a partir de dois campos perfeitamente nítidos e delimitados. Cf. FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 109.

⁷ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A Ditadura Militar em tempo de transição (1974-1985). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p. 154.

⁸ STEPAN, Alfred. *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 57.

⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano v.4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 263-264.

¹⁰ *Ibidem*, p. 272.

externas, não militares, reivindicando seus espaços nessa correlação de forças, sobretudo com as campanhas pela anistia, em 1979, e, mais tarde, por eleições diretas para presidente da república, em 1984, nos impelem a fazer uma leitura da abertura como sendo um processo não linear que, embora idealizado pelos militares, foi constituído também por outras pautas, outras pressões que não aquelas desejadas pela ditadura.

Considerando a problemática da atuação da imprensa na abertura política, é oportuno enfatizar o risco de uma leitura binária que reduza o campo de lutas políticas desse período em dois blocos homogêneos e antagônicos, divididos entre aqueles que queriam a volta da democracia, por um lado, e, por outro, aqueles que desejavam que os militares continuassem no poder, ou seja, a permanência da ditadura. É preciso levar em consideração os distintos projetos defendidos, as diferentes concepções de democracia e de luta democrática no interior das esquerdas daquele momento,¹¹ e, numa dimensão mais ampla, modelos distintos de uma nova sociedade que seria erigida sobre os escombros da ditadura. Faz-se, pois, necessário, pensar o processo em questão como algo mais complexo, permeado por conflitos, correlação de forças e objetivos distintos. Logo, não caberia, aqui, fazer uma problematização da imprensa a partir dessa leitura binária, maniqueísta, reducionista e equivocada, pois, simplificar o debate em ser *a favor* ou *contra* a abertura política ou à própria ditadura, não responderia nossas questões e tampouco nos faria perceber as ambivalências existentes no período.

Memórias da “resistência” e seus limites: a imprensa brasileira e a luta pelo fim da ditadura militar

Considero pertinente a provocação feita pelo historiador Daniel Aarão Reis que, referindo-se sobre a memória de que todos foram resistentes e democratas, questiona: como então pôde uma ditadura se manter por 21 anos? Pensar o processo histórico sob esse ângulo, esconde, evidentemente, as relações de apoio, a legitimação, e também um contexto marcado pelo consenso e consentimento em torno de um regime autoritário.¹²

¹¹ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Op. Cit. pp. 160-162.

¹² O trabalho organizado pelas historiadoras Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat, traz textos de diversos pesquisadores que discutem os regimes autoritários como construção social. Sobre o Brasil e a América Latina, ver: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

No que diz respeito à imprensa, considero que tal memória fora constituída, de certa forma, não somente pelos veículos de comunicação. A própria história, guardadas as devidas proporções, fora impregnada por essa memória. Salvo algumas exceções, sobretudo no que diz respeito à imprensa alternativa,¹³ atento para a importância de se evidenciar os limites dessa leitura, marcada pela memória de uma imprensa resistente, democrática e que combateu à ditadura militar. Atentar para esses limites implica considerar determinadas especificidades e desvencilhar-se de uma perspectiva homogênea, considerando as complexidades dos processos históricos e os sujeitos que deles fazem parte,¹⁴ ou, como atenta Stella Bresciani, desmistificar a ideia de que, em bloco, os jornalistas combateram o arbítrio.¹⁵

Algumas memórias, inclusive, estabelecem determinada temporalidade quando se trata do apoio ao golpe e à ditadura, indicando, como marcos temporais ou questões cruciais, as instaurações do AI-2 e do AI-5, e o acirramento da prática da censura.¹⁶ Há, igualmente, memórias forjadas a partir de um engajamento na Campanha pelas Diretas Já,¹⁷ que suplantam todo um processo de apoio à ditadura, ao longo de anos, e que põe à superfície tão somente um momento específico dessa conjuntura, reivindicando para si, a partir disso, lugar ao lado daqueles que, defendendo a democracia como valor universal, foram contra o arbítrio.

A historiadora Denise Rollemberg fala sobre a existência de uma memória super redimensionada da resistência. Sujeitos e instituições que apoiaram o golpe de 1964, por exemplo, nas memórias sobre os anos do arbítrio, fazem prevalecer a imagem da resistência e da defesa dos valores democráticos,¹⁸ silenciando-se sobre o apoio ao golpe e à ditadura. Ainda segundo Rollemberg, é preciso compreender essas relações entre sujeitos, grupos e

¹³ Os jornais inseridos no que se chama de imprensa alternativa tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar, contrapondo-se à complacência da grande imprensa, além de situarem-se num campo não ligado às políticas dominantes, de uma opção entre dois pólos reciprocamente excludentes, de única saída para uma situação difícil. Cf. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 1991, p. 13.

¹⁴ Cf. ROLLEMBERG, Denise. *As trincheiras da memória*. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). Ibidem. pp. 99-144.

¹⁵ Do prefácio escrito pela historiadora Stella Bresciani, por ocasião do livro de Beatriz Kushnir. In: KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 13.

¹⁶ Essa questão ficou evidente quando, completados 50 anos do golpe de 1964, muitos jornais, que atuaram durante a ditadura, publicaram editoriais revisitando o tema e justificando suas participações nos eventos. Sobre este aspecto, ver: SILVA, João Batista Teófilo. Reinventando o passado: Memória, Imprensa e Ditadura 50 anos depois (1964-2014). *Revista Historiar*, v.5, nº 9, 2014.

¹⁷ O exemplo do jornal “Folha de São Paulo” ilustra bem a questão. Ver: PIRES, Elaine Muniz. *Imprensa, Ditadura e Democracia: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2008.

¹⁸ ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit. p. 103.

instituições com a ditadura não pela perspectiva de dois pontos bem delimitados de a favor ou contra, mas através daquilo que o historiador Pierre Laborie denomina como *zona cinzenta*, na qual se encontra “o enorme espaço entre os dois pólos – *resistência e colaboração/apoio* – e mais, o lugar da *ambivalência* no qual os dois extremos se diluem na possibilidade de ser um e outro ao mesmo tempo”.¹⁹

Revisitando a “Revolução” em tempos de abertura política: as memórias sobre o golpe de 1964 e a ditadura

Conforme já mencionado, a imprensa brasileira, salvo raríssimas exceções, fora entusiasta do golpe de 1964. O golpe, ovacionado como revolução democrática, encontrou na imprensa brasileira um instrumento eficaz de legitimação, a despeito da censura, da perseguição e prisão – e mesmo morte - de jornalistas que iriam ocorrer (e se acentuar) conforme a ditadura fosse se constituindo.

Pensando nos tempos de abertura política e na memória sobre esse período que coloca a imprensa entre aqueles que resistiram e ajudaram a combater a ditadura, interessa-nos, neste momento, problematizar como, em tempos de abertura, a imprensa cearense construiu seu discurso sobre a “revolução” de 1964; que memórias sobre a ditadura estavam sendo construídas e reconstruídas naquele momento, quando a conjuntura política fora marcada pelos debates em torno da redemocratização, que permearam a agenda pública no país por uma década.

Em relação ao jornal O.P, no momento inicial da abertura política,²⁰ encontra-se, nos artigos e editoriais relativos ao golpe de 1964, um discurso legitimador que coloca os fatos, evidentemente, na condição de “revolução”. Longe de pôr em xeque o golpe, de questioná-lo, num momento em que a pauta da política nacional fora fortemente marcada pela temática da abertura política, o jornal deixa evidente e explícito seu apoio aos militares: “Político e revolucionário, eis uma tradição do O POVO. Não haveria de faltar agora com a sua simpatia e o seu apoio à Revolução de 64, pelos princípios que a nortearam e pelos objetivos que se propôs.”²¹

¹⁹ Ibidem, p. 102.

²⁰ As temáticas aqui levantadas correspondem ao recorte temporal que vai de 1974 a 1980, uma vez que a pesquisa, ainda em curso, não possui todas as fontes analisadas e catalogadas, impedindo de avançar até 1985.

²¹ Política. *Jornal O Povo*, 08/01/1974, p. 3.

É conferido ao golpe, igualmente, legitimidade popular, aceitação social. Em coluna publicada em 1975,²² o jornalista Castelo Branco, que tinha suas colunas publicadas também em outros jornais do país, como o “Jornal do Brasil”,²³ considera a “Revolução de 1964” como sendo um “fato irreversível e de propósitos idealistas”, uma intervenção com “largo apoio civil”, que eliminou “um perigoso superaquecimento”. Temos aí a ideia do golpe como uma questão de aspiração nacional, que ultrapassa interesses meramente militares, pondo em cena a população brasileira, que também compartilhara esse anseio.

Em editorial publicado no ano de 1977, intitulado “Novos caminhos”, o jornal O.P traz para seus leitores o seguinte diagnóstico:

Há treze anos está em vigência o regime revolucionário que foi desejado pela maioria da população brasileira em um momento crítico de nossa história, quando todos nos sentimos ameaçados pela irresponsabilidade política e pelo caos. Todavia, em tão longo período de experimentos novos e de correções de erros, o regime não se institucionalizou. Ainda há a excepcionalidade requerida pelos tempos iniciais de ajustamento, ainda há o arbítrio considerado instrumental e representado pelo AI-5.²⁴

Aqui, o sentido “salvacionista” do golpe, elemento primordial nas justificativas do discurso golpista, é reforçado pelo jornal, que também retoma o golpe como algo desejado pela população brasileira, aí colocada de modo abstrato, sem fazer referências, por exemplo, aos segmentos sociais que, embora minoria, se colocaram contra o golpe. A própria perspectiva salvacionista é corroborada pela ideia de caos defendida pelo jornal, que não diferia, vale lembrar, do mesmo discurso golpista apregoado não somente em 1964, mas também ao longo da ditadura. É interessante perceber, também, a ideia de “ajustamento” defendida pelo jornal, o que, em certa medida, viria a justificar a “excepcionalidade” e mesmo o arbítrio representado pelo AI-5. Tal perspectiva remete a ideia de, diante do “caos” de 1964, “pôr a casa em ordem”, o que, para tal, exigiria o uso de uma legislação arbitrária, dos poderes excepcionais. Aliás, sobre esses dois últimos aspectos, chamo a atenção para quando o jornal afirma: “o regime ainda não se institucionalizou”. Tal institucionalização, defendida pelo O.P

²² Consenso político. *Jornal O Povo*, 25/11/1975, p. 3.

²³ Segundo a historiadora Maria Aparecida de Aquino, “O jornalista Carlos Castello Branco, nacionalmente conhecido e respeitado, manteve durante muitos anos uma coluna que passou, por alusão ao seu nome, a ser chamada de ‘Coluna do Castello’ (...) foi considerado pelos próprios colegas o cronista mais rápido e um dos mais bem informados jornalistas do país”. AQUINO, Maria Aparecida de. Op. Cit. p. 252, nota nº 24.

²⁴ Novos caminhos. *Jornal O Povo*, 02/07/1977, p.3.

noutra ocasião,²⁵ significava incorporar ao texto constitucional os poderes excepcionais contidos nos atos institucionais.²⁶

O jornal C.S, por sua vez, em editorial publicado em junho de 1974, intitulado “Efeitos da revolução”, assume uma perspectiva que não muito difere da apresentada pelo jornal O.P. O título do editorial é bastante significativo e deixa evidente a intenção do jornal em fazer um diagnóstico do golpe, uma década depois:

Decorridos dez anos da revolução, a nação brasileira ainda sente alguns efeitos benéficos de sua ação saneadora. Não fora uma atitude enérgica, no momento oportuno, não sabemos como teria sido possível salvarmo-nos do caos em que a nação estava mergulhada com o desgoverno de um Presidente que já não tinha força para impor a ordem e coibir os desatinos dos oportunistas que se apresentavam como salvadores da pátria.²⁷

Reforçam-se aí elementos comuns à memória golpista, de uma “revolução” saneadora, que salvou o país de um “caos”. Ou seja, retoma a mesma perspectiva salvacionista defendida pelos militares golpistas. Noutro momento do editorial, o jornal coloca de forma clara quem seriam os inimigos da “revolução”: falsos políticos, corruptos, oportunistas e subversivos.

É interessante perceber também como o jornal C.S se coloca em relação à fala do então Ministro da Justiça, Armando Falcão, a respeito da não elegibilidade dos políticos cassados pelo golpe de 1964:

“(…) O Ministro da Justiça Armando Falcão, em recente entrevista a imprensa, declarou que os políticos que foram punidos com merecidas cassações, não se poderiam candidatar-se a cargos eletivos. Excelente atitude... E que, em alguns Estados da nação, já se pressentia a presença de alguns políticos cuja cassação ora terminava, e que ainda não exemplados, desejavam cargos eletivos, pondo em perigo a tranquilidade da nação. Louvamos a posição do Ministro Armando Falcão. Esses elementos ainda não podem merecer a confiança dos eleitores da nação. O sacrifício foi muito grande, para se correr o risco em tão breve espaço de tempo. É conveniente que eles permaneçam em suas atividades particulares para o bem de todos”.²⁸

Fica evidente no editorial acima a construção do antagonista na conjuntura em questão, e o perigo que representavam para a “tranquilidade da nação”, caso pudessem concorrer às eleições. Tal discurso traz consigo os atributos salvacionistas e redentores dos militares para

²⁵ Na sua edição de 8 de janeiro de 1974, o jornal, colocando para seus leitores sua relação com o regime, escreve o seguinte: “Porque a intenção que o move é o da colaboração e seu desejo é o de que a Revolução alcance as suas metas econômicas, sociais e políticas, institucionalizando-se definitivamente e ingressando no estado de Direito a que todos almejamos.(...)”. Política. *Jornal O Povo*, 08/01/1974, p. 3

²⁶ Cf. FICO, Carlos. Op. Cit. p. 82.

²⁷ Efeitos da revolução. *Jornal Correio da Semana*, 22/06/1974, p. 1.

²⁸ Ibidem.

com a nação, que, segundo a perspectiva do jornal, agiram corretamente ao depor um “governo desmoralizado e desacreditado pelo povo”.

As questões em torno da “revolução” de 1964, em essência, não ficam restritas ao campo do passado, aos acontecimentos daquele ano fatídico. Rememoram-se aí certos “fragmentos” desse passado presentes no que chamaria de *memória golpista* (ou memória dos golpistas, para ser mais claro): caos, ação saneadora, momentos críticos da história etc. Põe-se, também, o que seriam preocupações do presente, uma vez que o “perigo” daquele ano de “caos” ainda é iminente, ilustrado acima pelos políticos cassados em 1964, que remetem aos “fantasmas” do período. Ênfase: “O sacrifício foi muito grande, para se correr o risco em tão breve espaço de tempo. É conveniente que eles permaneçam em suas atividades particulares para o bem de todos”.

Apreende-se também, dos discursos analisados, uma equivalência entre história (ao revisitar o passado, tais jornais forjam sua versão da história) e memória (no caso em questão, a memória golpista, evidentemente). Trata-se, igualmente, de uma legitimação de determinada memória, que atua também no campo da adesão, do consenso. Como propõe o historiador Pierre Laborie,

(...) a memória intervém na fabricação da opinião pela influência das representações dominantes do passado. Por sua vez, a opinião tem papel decisivo na validação social e na legitimação da memória ao dar credibilidade a seu discurso por meio de sua divulgação, processo que pode ser amplificado pela mídia.²⁹

Em se tratando de uma conjuntura política permeada pela questão da abertura política, e considerando a “memória resistente”, citada outrora, que coloca a imprensa entre os atores políticos que atuaram na luta pela redemocratização, era de se supor a existência de críticas ao regime, contestações ou mesmo ponderações aos resultados do golpe e o percurso político que ele traçou uma década depois. Temos aí, entretanto, dois jornais que, a despeito de suas diferenças, atuam na constituição de uma memória sobre o golpe de 1964 que o coloca num patamar salvacionista, defendendo a ideia de um caos, de um inimigo e de um propósito nobre, desejado pela nação, e efetivado pelos militares através da “Revolução” de 1964. Temos, aí, um posicionamento legitimador, colaboracionista, de alinhamento aos postulados

²⁹ LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, pp. 79-87.

autoritários, e não de crítica ou contestação, tampouco de bandeira de luta em prol da redemocratização do país e, conseqüentemente, fim da ditadura.

A abertura “lenta, segura e gradual”

A questão do projeto de abertura fora consolidada a partir de pactos, controlado pelos militares. Como herança, temos hoje, sobretudo, as marcas da frustração e da impunidade. A ausência de uma verdadeira ruptura, conforme ocorrera em outros países que vivenciaram regimes ditatoriais,³⁰ tornou a transição brasileira, conforme propõe o historiador Carlos Fico, uma transição inconclusa³¹. Aliás, questões relacionadas ao período ainda fazem parte da atualidade – *um passado que não passa* -, acentuadas e reacendidas a partir do ano de 2011, com a instauração de Comissões da Verdade pelo Brasil afora.

Ser a favor da abertura política, numa leitura rápida e superficial, pode vir a significar, conseqüentemente, ser contra a ditadura. Uma leitura mais atenta do processo histórico, um olhar mais acurado dos indícios³² que temos sobre o período, podem, contudo, indicar outras possibilidades, outras leituras, com suas ambivalências e complexidades.

Que posições tomaram a imprensa aqui estudada neste momento inicial da abertura? Fora ela contra a ditadura?

O jornal O.P no artigo intitulado “Esperança e confiança no governo Geisel”, apresenta um tom otimista em relação à escolha de Geisel para presidente, e coloca a “normalização democrática” como “indispensável para a segurança e a paz públicas”. É interessante perceber, entretanto, em que condições tal normalização deveria ocorrer: “(...) ao mesmo tempo em que a normalização é indispensável, não é fácil de ser alcançada. *Daí a opinião geral de que deve ser conduzida de forma gradual e segura*”³³. A perspectiva preconizada pela ditadura e já discutida aqui em linhas anteriores, é colocada pelo jornal como uma questão unânime, como “opinião geral”.

³⁰ Sobre o tema, sugiro as discussões presentes em: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Orgs.). *O passado que não passa: A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

³¹ FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Orgs.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 29.

³² Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 143-180.

³³ Esperança e confiança no governo Geisel. *Jornal O Povo*, 02/01/1974, p. 4. Grifos meus.

Nas colunas do jornalista Castello Branco, publicadas no referido jornal, encontram-se nas discussões sobre a abertura, um discurso permeado pela ideia de cooperação e de apoio ao governo, que deveria ser o controlador absoluto do processo. O mesmo jornalista refere-se às “pressões manipuladas” para acelerar a distensão, seja por parte dos próprios setores militares, seja por parte da oposição. Sobre o discurso do presidente Geisel proferido em agosto de 1975, Castello Branco vaticina:

Dirigiu-se ele assim, em parte, aos políticos, que voltam a se reunir, para contê-los nas pressões, e aos militares, inconformados com a perspectiva de um debate que afete nos seus fundamentos a segurança e restaure antigos *vícios do regime democrático brasileiro*. Os militares pareciam temer inclusive que a distensão fosse tomada como abdicação, e, induzindo a opinião pública a filiar-se à Oposição, propiciasse repúdio e desprestígio da ação revolucionária e dos governos que a representam.³⁴

Aqui, à distensão é atribuída significados que não corresponderiam à volta de “antigos vícios do regime democrático”, tampouco uma abdicação da “revolução”. Não se trata, pois, de contestar o regime, de trazer para a pauta da abertura política casos delicados como a tortura e os presos políticos. Prevalece a ideia de cooperação com o governo, como também de estigmatização de um passado pré 64.

Em editorial publicado no ano de 1976, são evidentes os posicionamentos do jornal sintonizados com uma abertura política no molde lento, seguro e gradual, ou seja, de acordo com a ditadura, e não contra ela:

(...) para que o processo [de abertura] seja vitorioso há necessidade de que tanto os arenistas quanto os emedebistas tenham também esse entendimento que é o que a realidade impõe, *colaborando* com o presidente e evitando no caso da Oposição as *pressões indevidas*, que só podem gerar como estão gerando agora as contrapressões. Todavia, parece haver dentro do MDB quem queira deliberadamente interromper o processo, ou imprudentemente queimar etapas.³⁵

Outro ponto que merece ser enfatizado do editorial, diz respeito ao uso do AI-5 contra políticos da oposição. Não se trata, porém, de contestação ao uso do Ato, mas do “radicalismo” de políticos que exigem do presidente da república o seu uso:

É lastimável que o Presidente que mais fez aberturas, que mais se tem batido pela distensão política, *tenha sido obrigado* a aplicar o AI-5 diversas vezes (...) a verdade é que quanto mais motivos derem os opositoristas para cassações, mais estarão prejudicando o projeto de distensão política.³⁶

³⁴ Em substância um fato político. *Jornal O Povo*, 04/08/1975, p. 3. Grifos meus.

³⁵ O entendimento que falta. *Jornal O Povo*, 03/04/1976, p. 1. Grifos meus.

³⁶ *Ibidem*. Grifos meus.

O jornal C.S compartilha, em seu editorial, do mesmo tom otimista em relação à escolha de Geisel, sinalizando a paz e a prosperidade que marcam o “novo quinquênio de Governo Revolucionário”, sublevando a imagem de Geisel como chefe de nação que conduzirá o país à “normalidade democrática”³⁷ - ou seja: negligencia-se o processo de lutas em torno da pauta da abertura, pois essa e, conseqüentemente, a democracia, seriam *concessões* do governo, um *desdobramento* do golpe “intervencionista” de 64. Noutro editorial,³⁸ o jornal repete o mesmo conceito de “normalização democrática” ou “redemocratização do regime revolucionário transitório”; o uso desses conceitos são interessantes, pois atentam para a forma como o jornal encarava o regime, ou, ainda, como uso da ideia de redemocratização não vem como um imperativo de luta, algo necessário, que se contraporía a uma ditadura, então vigente, embora, como veremos, outras percepções e ambivalências se fariam presentes: denunciar o autoritarismo, mas encarando com otimismo a posse de mais um general presidente – e prolongamento da ditadura e do processo de abertura – bem como, a repetição da palavra “revolução”.

Noutro momento, em artigo escrito por Antonio Carlos de Moura Campos, da OAB do Rio Grande do Sul,³⁹ assinala-se que o processo de abertura política “(...) vem ensejando maior sensibilidade das autoridades em relação a reivindicação dos trabalhadores (...) desde que mantido o atual processo de liberalização, podemos prever, com certa margem de segurança, novas conquistas da classe trabalhadora”.⁴⁰ Para além da questão dos trabalhadores, o artigo vem trazer também uma análise mais contextual, contemplando questões como autoritarismo, arrocho salarial e o pós AI-5:

(...) Apesar de recém-saído de uma fase de autoritarismo político, o regime começava então a se tornar permeável às reivindicações das massas salariais, exauridas que estavam pela política de arrocho salarial posta em prática nos períodos iniciais da Revolução. Quando parecia que as coisas iam melhorar, veio o AI-5 e tudo acabou indo por água abaixo. Limitada e pré-determinada a participação política, obstruíram-se os mecanismos de canalização das demandas sociais.⁴¹

³⁷ Novo presidente. *Jornal Correio da Semana*, 19/01/1974, p.1.

³⁸ Pronunciamento ao ministério. *Jornal Correio da Semana*, 23/03/1974, p. 1.

³⁹ Considero importante assinalar a quantidade considerável de artigos vindos de outros jornais, agências de notícias e/ou outras instituições, que compuseram as pautas do jornal “Correio da Semana” ao longo do período pesquisado. Jornal publicado semanalmente através da ajuda de colaboradores, uma vez que não tinha jornalistas contratados em sua redação, as condições de produção do “Correio da Semana” estão longe de ser equiparadas as do jornal “O Povo”, sejam em termos de circulação, alcance de público, quantidade de exemplares, receita publicitária e produção das próprias pautas e reportagens por meio de um corpo permanente e coeso de jornalistas e editores.

⁴⁰ A nova política salarial. *Jornal Correio da Semana*, 06/10/1979, p. 3.

⁴¹ *Ibidem*.

Quando da posse de Figueiredo, o editorial do C.S revela as expectativas do jornal em relação à “restituição” da democracia e o fim do autoritarismo:

O Presidente Figueiredo reafirmou com ênfase restituir aos brasileiros o governo de Democracia, o *respeito aos direitos humanos*, enfim muitas melhorias de vida reduzindo ao máximo das possibilidades a inflação. Excelente o plano de governo. Que Deus o ilumine e que realmente o general Presidente faça *desaparecer o autoritarismo despótico* que vitimou milhares de brasileiros e possamos ter paz, segurança e tranquilidade. Isto não significa dizer que não se vá esperar a repressão nos crimes comuns à sociedade humana.⁴²

As discussões sobre a abertura, como se percebe, vêm acompanhadas de questões como o respeito aos direitos humanos e o autoritarismo, revelando, ainda que de maneira tímida, outras características da ditadura. Ao lado do otimismo com as promessas de redemocratização, há espaço para um olhar crítico, para referências a temas delicados naquele contexto repressivo.

Em ambos os casos, as discussões sobre a abertura não são colocadas como um imperativo de luta para pôr fim a uma ditadura; não percebem-se “pressões” por parte dos jornais, mas sim, um alinhamento quase que total à ditadura, apregoando uma abertura conforme a perspectiva militar, e uma discussão em certa medida crítica, trazendo à tona as facetas perversas do “regime revolucionário”, mas acompanhado de um discurso que subleva a figura presidencial, e não atribui a ela responsabilidades por essas perversidades, assumindo um caráter ambivalente quando, ao lado dos temas delicados que põe em cena, elogia o “efeito saneador” do “regime revolucionário”.

A teatralização da democracia ou a democracia imperfeita em tempos de ditadura

Parece ser consenso, hoje, a compreensão de duas formas de governo nitidamente opostas, que viria a caracterizar o período de 1964 a 1985 como uma ditadura, e de 1985 até os dias atuais como uma democracia. O próprio uso da palavra *redemocratização* dá indicativos dessa diferenciação e do processo de mudança empreendido nos últimos anos do regime militar.

Entretanto, o uso do conceito de ditadura para caracterizar o regime vigente entre 1964 e 1985, é uma construção *a posteriori* se formos pensar, de maneira bastante genérica e sem grandes rigores, na atuação da imprensa ou dos meios de comunicação em geral. Excetuando-

⁴² Novos governos. *Jornal Correio da Semana*, 17/03/1979, p. 1.

se a própria imprensa alternativa e, evidentemente, os opositores do regime, o conceito de ditadura não fora comum à época de sua vigência.

O historiador Antoine Prost chama nossa atenção para a importância de se *historicizar os conceitos*, ou seja, de identificar a temporalidade de que eles fazem parte, de apreender a contemporaneidade do não contemporâneo.⁴³ Dar significado às palavras no passado,

(...) exige ser traduzida em uma linguagem compreensível nos dias de hoje e, inversamente, a significação dos conceitos atuais deve ser redefinida se pretendermos traduzir o passado por seu intermédio (...) A permanência de uma palavra não é a de suas significações e a mudança de suas significações não coincide com a alteração das realidades que ela designa.⁴⁴

Ainda que o conceito de ditadura nos pareça preciso para caracterizar aqueles anos, considero importante pensar, em nível de memória social, como identificavam o governo os seus contemporâneos? Ou, ainda, como a imprensa, importante instrumento que atribui diagnósticos à realidade, a ele se referiu? O que, para esta imprensa, significava o conceito de democracia naquele momento e que relações estabeleciam com a realidade histórica à sua volta?

Em artigo escrito por Ademar de Távora,⁴⁵ o “mundo democrático” e seus valores surgem como uma oposição ao “mundo do terrorismo”, associado com aqueles que “(...) cometem aquele crime monstruoso e afirmam, depois, que o fizeram para garantir a paz e a liberdade (...)”. Os opositores do mundo democrático, aliás, para o jornal, têm nome: o marxismo-leninismo. Permeado pelo ideário da Guerra Fria, os Estados Unidos surge como o “único país em condições de enfrentar o poderio militar da Rússia Soviética”. Dentro da lógica binária dessa Guerra, a democracia é posta como antagônica ao comunismo.

Noutros momentos, o jornal O.P busca, por meio de situações concretas da vida política brasileira, apontar indícios de democracia, corroborando, em grande medida, o próprio discurso da ditadura, que, buscando esconder o autoritarismo que lhe era inerente, forjava o teatro da democracia. Em editorial⁴⁶ sobre o resultado das eleições de 1974, nas quais o MDB conseguira expressiva votação, o jornal coloca que a aceitação dos resultados por parte do governo indica um “fortalecimento do regime democrático”, que naquele

⁴³ PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Trad. João Guilherme de F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 130.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 129.

⁴⁵ Banditismo internacional. *Jornal O Povo*, 03/04/1974, p. 3.

⁴⁶ Democracia. *Jornal O Povo*, 03/01/1975, p. 3.

momento não mais se encontrava dominado pelo “medo dos fantasmas”, se referindo, ao que tudo indica, ao passado “pré revolucionário”, reforçando a dimensão salvacionista do golpe que os militares atribuíram a si mesmos. Em 1975, quando o presidente Geisel visitara o Ceará, o editorial⁴⁷ do jornal, ainda retomando o resultado do pleito de 1974, defende a “vocação política democrática” do então general presidente, não só legitimando o próprio discurso oficial, como também contribuindo na constituição da ideia de um país democrático, por meio da abstração da realidade.

A ideia de uma democracia não plena é também utilizada pelo jornalista Castello Branco, quando questiona a entrevista dada à televisão francesa por Geisel, propondo um “reparo” na fala presidencial: “(...) refere-se a sua concepção relativista de democracia. Democracia tem-se ou não se tem. No Brasil há uma relativa liberalização e há uma estrutura institucional montada para que se possam transformar seus órgãos em órgãos de uma democracia”⁴⁸. O jornalista, equiparando, também toma a Venezuela como exemplo de um país que não abriu mão dos valores democráticos e da liberdade para se combater a subversão, e que “lá, inclusive a Oposição elege presidentes (...)”. Referindo-se a questões que o jornalista considera como sendo “propósitos de aumentar a taxa de democratização do país”, temas delicados são postos à tona:

O presidente deu sua contribuição principalmente na atribuição de relativa liberdade de imprensa (...) outra contribuição notável relaciona-se com as determinações para sustar a tortura e outros abusos da repressão. A situação brasileira, sem ser tranqüila, melhorou visivelmente, mas o fato é que tudo é benemerência do poder (...) e os poderes da República, principalmente o Judiciário e o Legislativo, carecem de autonomia.⁴⁹

As questões levantadas por Castello Branco procuram indicar, de certa forma, o que seriam as imperfeições da democracia brasileira; tratam-se de temas caros ao regime, como a tortura e a censura. A discussão posta não aponta para a existência de uma ditadura, não nomeia enquanto tal, mas procura explicar a falta de plenitude de uma democracia.

O jornal C.S, por sua vez, defende em seu editorial que o maior mérito de um regime democrático é a “liberdade de pensamento”, e que o “direito de livre escolha do povo para os

⁴⁷ O presidente no Ceará. *Jornal O Povo*, 06/02/1975, p. 1.

⁴⁸ Democracia relativa. *Jornal O Povo*, 01/07/1977, p. 3.

⁴⁹ *Ibidem*.

seus governantes enobrece o regime”.⁵⁰ Noutro momento, em artigo escrito por Justino Vasconcelos, da OAB-RS, a democracia é conceituada como um

(...) equilíbrio entre as relações para que cada qual tenha o máximo de liberdade, limitado apenas pelos direitos alheios, pela liberdade dos outros (...) além da possibilidade de o povo eleger e substituir os dirigentes, requer a democracia que (...) os atos governamentais sejam públicos (...) calar os adversários ou a imprensa e outros meios de manifestação do pensamento é subtrair ao povo a possibilidade de julgar com pleno conhecimento de causa.⁵¹

As questões acima são postas sem buscar estabelecer um vínculo explícito e direto com a realidade brasileira ou a de outro país. Contudo, nos chama a atenção o fato do artigo abordar questões ausentes no regime político brasileiro, como se deixasse a cargo do seu leitor, por si só, fazer as devidas comparações com a realidade que o cercava. Além do quê, a escolha do artigo em questão para compor sua pauta editorial, evidencia a preocupação do jornal em trazer o tema da democracia para as suas páginas.

No artigo “Tolerância, bipartidarismo e democracia”, oriundo da Agência Periodista Latino-Americana, APLA⁵², escrito por Clóvis Junior, é colocado que nas democracias “a tolerância é o principal fator de coesão porque admite a diversidade de ideias”. Discutindo-se o oposto de democracia, coloca-se que:

(...) nos regimes não democráticos (...) a todos apenas quer impor a conformidade a obediência e a ordem sectária. Há quem faça e compartilhe de tais idéias apenas por ingenuidade e excesso de zelo. O apego fanático a idéias mais utópicas pode elevar a valorização de tais utopias sobre o amor e o respeito que se deve à pessoa humana. Mas, o que ocorre é a simples tentativa de conformar-se homens e pessoas a um *Poder que um dia se estabeleceu legitimamente, e que com o tempo se tornou anacrônico e ilegítimo*.⁵³

É curioso quando menciona sobre um poder que um dia se estabeleceu legitimamente, que, embora não explicitamente, parece querer referir-se à situação brasileira, estabelecendo uma diferença entre um poder legítimo, representado pela “revolução” de 1964, e seu percurso político antidemocrático. Ainda dando indícios de que se refere à realidade Brasileira, coloca:

(...) Naturalmente fanáticos ou ditadores, mascarados por trás dessas idéias mirabolantes de um paraíso terrenal, raciocinam em termos de absoluto bem e

⁵⁰ O adversário e o amigo. *Jornal Correio da Semana*, 28/08/1976, p. 1.

⁵¹ A construção da democracia. *Jornal Correio da Semana*, 08/01/1977, p. 2.

⁵² Em 1978, é constante a publicação de artigos da APLA pelo “Correio da Semana”. Fundada em 1946 por Luiz Rosemberg, a APLA passaria a se chamar Ica Press em 1979. Apesar do nome, só atuava no Brasil e na Argentina. Com a morte de Rosemberg em 1993, a agência foi desativada. Cf. JUNIOR, Gonçalo. *A Guerra dos Gibis: A formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 108.

⁵³ Tolerância, bipartidarismo e democracia. *Jornal Correio da Semana*, 11/03/1978, p. 4. Grifos meus.

absoluto mal. E adotam um sistema de canalização de anseios gerais ora por um unipartidarismo (porque é o único que participa da verdade) ora por bipartidarismo (onde um é bem, o outro é o mal) (...).⁵⁴

Ao fim do artigo, referindo-se agora explicitamente ao Brasil, indica-se a ojeriza do general João Baptista Figueiredo ao bipartidarismo, segundo declarações de pessoas próximas a ele, o que é colocado como sendo “(...) uma luz brilhante ao fim deste trem fantasma que tem sido a vida política brasileira nos últimos anos.” Sobre as intenções de Figueiredo em governar com “sólida coligação partidária”, temos uma crítica à sua escolha indireta: “Isto, o que o general João Baptista diz que pretende, é pura democracia e nasce sem dúvida de um homem tolerante. *Apesar da impropriedade da indicação*, a candidatura de Figueiredo começa a tomar contornos democráticos (...).⁵⁵

As indicações de uma democracia imperfeita, de um regime democrático que precisa ser aprimorado, não implicam uma contestação do golpe de 1964 ou da ditadura que a ele se seguiu. O que se critica, aliás, é o abandono dos “princípios democráticos” ao longo do percurso político que a “revolução” traçara, como se o golpe de 1964 tivesse um propósito nobre, uma essência democrática, algo já discutido aqui em linhas anteriores, quando problematizei sobre a memória de 1964 constituída por esta imprensa. Apontando um “desvio de rota”, o C.S coloca que os “revolucionários de 1964”, antes do movimento “(...) não se cansavam em entoar loas à democracia e que, uma vez instalados no poder, acabaram se esquecendo das juras democráticas pré-revolucionárias”.⁵⁶

A simples conceituação da democracia, sem buscar estabelecer nexos com o país; a abstração da realidade, buscando ver democracia onde existia uma ditadura; e a indicação de uma democracia imperfeita, a ser aprimorada, caracterizam, em essência, a problemática aqui levantada. A democracia, aliás, não é posta como uma *pretensão*, uma *meta a ser alcançada*, *bandeira de luta*, pois o que se aponta é a sua existência de forma incompleta, em alguns momentos, e, em outros, aspectos políticos são utilizados para corroborar sua existência; tampouco há, explicitamente, o uso do conceito de ditadura para nomear o regime.

Considerações finais

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Ibidem. Grifos meus.

⁵⁶ Os democratas de ocasião. *Jornal Correio da Semana*, 08/07/1978, p. 5.

Procurei demonstrar, nas discussões aqui levantadas, que maniqueísmos simples ou binarismos entre ser a favor ou contra, não ajudariam a compreender o processo de atuação dos jornais estudados no período da abertura política ou, ainda, a atuação da imprensa brasileira como um todo. A passividade, a indiferença e mesmo a ambivalência, não seriam compreendidas se tal caminho fosse tomado. As perguntas adequadas às nossas fontes são importantes, como diria o historiador inglês E.P. Thompson.⁵⁷

Procurar responder tais questões a partir da busca por indícios de contestação à ditadura ou ao seu marco fundador, o golpe de 1964, superestimando-a, reduziria a explicação do processo histórico em questão ao campo das memórias (sim, no plural⁵⁸) da “resistência”, aqui discutidas, e impediria de compreender as relações de consenso e consentimento (o que não significa unanimidade), que contribuem para a sustentação de um regime ou seu enfraquecimento.⁵⁹

Perceber como o golpe, a proposta de abertura e o significado de democracia foram discutidos por esses jornais, indica que há fortemente relações de apoio, marcadas pelo consentimento, complacência e legitimação, ainda que, pontualmente, constatem-se críticas à aspectos do regime, mas fato que não neutraliza tal apoio, pois o mesmo é constantemente reiterado.

Espaço privilegiado de articulação política, produção de memórias e legitimidade de forças políticas específicas, a imprensa está longe de ser algo que, descolado da realidade e pairando sobre ela, informa ou descreve os acontecimentos. Pensar sua atuação ao longo da ditadura militar nos ajuda a perceber que um regime autoritário não se sustenta somente por meio da coerção, e aí a imprensa ocupa papel importante entre as forças políticas que se articulam nas lutas por hegemonia.

Referências bibliográficas

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário: O exercício cotidiano da dominação e da resistência*. O Estado de São Paulo e O Movimento. São Paulo: EDUSC, 1999.

⁵⁷ THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

⁵⁸ “É sobretudo no plural que a palavra memória deve ser empregada”. LABORIE, Pierre. Op. Cit. p. 79.

⁵⁹ CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº43, janeiro-junho de 2009, p. 91.

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A Ditadura Militar em tempo de transição (1974-1985). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.
- CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº43, janeiro-junho de 2009.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Limites políticos para a transição democrática no Brasil. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Orgs.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. Brasil: a transição inconclusa. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Orgs.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GONÇALVES, Marcos. Missionários da “boa imprensa”: A revista católica Ave Maria e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.28, nº55, 2008.
- JUNIOR, Gonçalo. *A Guerra dos Gibis: A formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 1991.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: FAPESP; Boitempo, 2012.
- LABORIE, Pierre. “Memória e opinião”. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.
- PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Orgs.). *O passado que não passa: A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- PIRES, Elaine Muniz. *Imprensa, Ditadura e Democracia: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2008.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Trad. João Guilherme de F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

- _____. *As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)*. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano v.4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SILVA, João Batista Teófilo. *Legitimando a saída autoritária: a imprensa brasileira e o golpe de 1964*. *Café História*, 2014. Disponível em: <http://cafehistoria.ning.com/legitimandoasaidaautoritaria>.
- _____. *Reinventando o passado: Memória, Imprensa e Ditadura 50 anos depois (1964-2014)*. *Revista Historiar*, v. 5, n. 9, 2014.
- _____. *Uma história desvelada: A ditadura civil-militar nas páginas do jornal Correio da Semana (1964-1970)*. Trabalho monográfico. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2012.
- STEPAN, Alfred. *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VIDAL, Márcia. *Imprensa e Poder: O I e II veteranos (1963/1966 e 1979/1982) no jornal O Povo*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 1994.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Fontes

Arquivos Públicos/Privados

- Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel – Setor de Periódicos - Fortaleza/CE;
- Cúria Diocesana – Arquivo do jornal “Correio da Semana” – Sobral/CE.